



FEDERAÇÃO NACIONAL DOS MÉDICOS

COMUNICADO

Para onde vai a Reforma dos Cuidados de Saúde Primários?

Quando o actual governo está prestes a cumprir 10 meses de exercício de funções, as medidas concretas a nível do desenvolvimento da Reforma dos Cuidados de Saúde Primários (CSP) continuam a não existir e começam, inclusivé, a surgir insistentes rumores sobre a preparação de um projecto visando generalizar a criação de ULS (Unidades Locais de Saúde) em todo o país.

A criação das ULS visou o objectivo fundamental de estender aos CSP a mesma lógica de gestão empresarial aplicada aos hospitais e é nessa perspectiva que as ULS já existentes implicam a adopção do estatuto EPE.

As actuais ULS existentes não permitiram qualquer contributo para o desenvolvimento da acessibilidade aos cuidados de saúde nem se traduziram em qualquer melhoria efectiva da articulação dos níves prestadores dos cuidados.

No essencial, aquilo a que temos assistido é ao aprofundamento de um modelo burocrático de comando e controlo e a uma preocupante hegemonização dos CSP pelas administrações hospitalares tradicionais.

Ao invés da individualização e simultânea articulação dos níveis prestadores de cuidados, aquilo que se produziu em termos práticos foi às fusões das administrações e à ausência de uma adequada rentabilização da capacidade instalada nos vários serviços de saúde.

Para além desta experiência no nosso país, há que ter bem presente a realidade existente há mais anos em regiões autónomas de Espanha, como a Galiza e a Catalunha, onde este tipo de modelo teve resultados desastrosos e conduziu a um enorme retrocesso e desestruturação dos CSP, bem como a uma acentuada diminuição da sua eficácia de resposta.

A opção pela generalização das ULS, a confirmar-se, será um passo decisivo para liquidar todo o processo de reforma dos CSP, conduzirá à própria desarticulação deste

nível de prestação de cuidados de saúde e, com o modelo EPE agregado, abrirá uma porta para subsequentes decisões privatizadoras.

Simultaneamente, o actual Governo anunciou no início deste mês ter apresentado um “documento orientador” da descentralização das competências à Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

De acordo com as notícias divulgadas na imprensa, no campo da Saúde essa descentralização abrangeria centros de saúde e hospitais e traduzir-se-ia na construção de novas unidades de saúde, mas também assumiria a gestão de alguns sectores de trabalhadores.

Em Janeiro de 2015 o anterior governo apresentou um projecto idêntico que motivou um comunicado da FNAM, emitido a 23/1/2015, cujo último ponto referiu o seguinte:

“É forçoso concluir que este decreto-lei tem como objectivos fundamentais, numa clara perspectiva político-ideológica, mistificar conceitos de descentralização da Administração Pública com reais objectivos de desmembramento e pulverização o SNS, desenvolver lógicas meramente locais desinseridas de uma política de saúde nacional, de proceder a uma enorme sobrecarga logística e financeira dos municípios com os serviços de saúde que os negócios privados não consideram apetecíveis, e ainda criar um novo expediente para mascarar a despesa pública perante as entidades europeias, à semelhança de outros esquemas conhecidos com os hospitais SA, EPE e PPP, transferindo para os municípios importante “fatia” das despesas em Saúde. A FNAM considera imperioso denunciar mais este projecto governamental de ataque violento aos pilares essenciais do Estado Social e desenvolverá todos os esforços para contrariar esta política insaciável na sua obsessão de desagregação do SNS. “

Nesse sentido, é inexplicável que o actual Governo retome projectos de desmembramento e pulverização do SNS apesar das repetidas declarações de intenções na defesa do direito constitucional à saúde e do SNS.

A FNAM, mantém as mesmas posições de princípio independentemente de quem ocupa o Poder político e o autor de medidas atentatórias do SNS e dos interesses sócio-profissionais dos médicos merecerá o mesmo tipo de reacção e de contestação.

É imperioso impedir que medidas como aquelas que acabámos de referir sejam aplicadas, ainda por cima por um governo que se afirmou em clara contraposição às práticas antisociais do anterior.

Coimbra, 24/8/2016

A Comissão Executiva da FNAM